

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.722 - MS (2019/0144680-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **JOSÉ DE CARVALHO CANASSA**
ADVOGADOS : **JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA E OUTRO(S) - MS017288**
 : **ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429**
AGRAVADO : **BANCO BMG SA**
ADVOGADOS : **MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA E OUTRO(S) - MG063440**
 : **FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MS024296A**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DA MULTA. AFASTAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por JOSÉ DE CARVALHO CANASSA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 306):

RECURSO DE APELAÇÃO – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS – SAQUES REALIZADOS COM CARTÃO DE CRÉDITO – DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO.

01. Em razão da regular contratação e da realização de saques com cartão de crédito consignado, são devidos os descontos realizados mensalmente em folha de pagamento.

02. A ausência de vício de consentimento obriga a parte adepta aos termos estabelecidos no contrato, em razão do pacta sunt servanda.

Recurso conhecido e não provido.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 319-327), o agravante alegou violação aos arts. 79, 80, II, 81 e 373, I, do Código de Processo Civil de 2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que não houve a comprovação de que tenha alterado a verdade dos fatos, com o intuito de induzir o juízo em erro, caracterizando a litigância de má-fé.

Ressaltou que há a necessidade de se comprovar dolo ou culpa grave, além de prejuízo à parte adversa, a fim de configurar a litigância de má-fé.

Requer, dessa forma, que seja afastada a multa aplicada.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 360-365).

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 394-397).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que os recursos em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante à configuração da litigância por má-fé e da condenação por multa, o Tribunal de origem, com base no suporte fático-probatório dos autos, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 312-313):

O contrato foi firmado em observância aos pressupostos e requisitos exigidos para a sua validade, de modo que vincula as partes ao seu cumprimento, em razão do princípio do pacta sunt servanda, bem como da autonomia da vontade.

As condições de pagamento, bem como a taxa de juros aplicada, estão destacadas no contrato questionado. Aliás, há expressa e clara previsão de liberação de valores em empréstimo para pagamento na modalidade de cartão de crédito, cuja fatura será debitada no respectivo benefício previdenciário nos seguintes termos:

"VIII AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO:

8.1. Através do presente documento o(a) ADERENTE/TITULAR, autoriza a sua fonte pagadora/empregadora, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal

em sua remuneração/salário/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado" (p. 139)

A referida cláusula respeita, por conseguinte, as disposições contidas no art. 54, §4º, do Código de Defesa do Consumidor. Logo, o autor tinha ciência, quando da contratação, que o desconto efetuado em seu benefício seria correspondente ao mínimo da fatura do cartão de crédito.

Desse modo, querendo, o próprio autor deveria realizar o pagamento integral da fatura. A dificuldade de quitação do saldo devedor alegada pelo recorrente é inerente à modalidade de empréstimo pactuada, pois o saldo é refinanciado automaticamente quando a fatura do cartão de crédito não é paga em sua totalidade, como no caso em análise.

Ademais, o valor referente ao saque realizado mediante cartão de crédito foi devidamente repassado para o autor, conforme consta do comprovante de p. 166.

A cobrança efetuada pelo apelado, portanto, é devida, pois o banco agiu em exercício regular de um direito, em consonância ao previsto no art. 188, I, do Código Civil, inexistindo ilicitude na conduta perpetrada. Diante da ausência de ato ilícito, não há o dever de restituir, tampouco de indenizar.

Logo, correta a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Por fim, em razão do efetivo repasse do dinheiro, o autor alterou a verdade dos fatos e, por conseguinte, é considerado litigante de má-fé (artigo 80, II, do Código de Processo Civil).

Dessarte, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido acerca da caracterização da litigância de má-fé, em razão da alteração da verdade dos fatos, seria imprescindível o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária, consoante dispõe a Súmula 7/STJ.

Concernente à multa por litigância de má-fé, depreende-se que o Colegiado estadual entendeu pelo cabimento da penalidade, na hipótese, com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.

Ratificam esse entendimento os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SUCESSÕES. INVENTÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. APLICAÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 18 DO CPC/1973. AFASTAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CONDENAÇÃO DE

OFÍCIO. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É inviável o conhecimento de matéria que não tenha sido ventilada no v. aresto atacado e sobre a qual, embora tenham sido opostos embargos declaratórios, o órgão julgador não se pronunciou, cabendo à parte interessada alegar ofensa ao art. 535 do CPC/73. Incidência da Súmula 211 do STJ. 2. O eg. Tribunal de origem, com base no exame do suporte fático-probatório dos autos, asseverou que o agravante deixou de referir a existência de inventário anterior, pretendendo alterar a verdade dos fatos para obter a sua nomeação como inventariante, usando do processo para conseguir objetivo ilegal e procedendo de modo temerário.

3. Rever a conclusão adotada no v. acórdão recorrido sobre a caracterização de litigância de má-fé do agravante demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. A multa por litigância de má-fé pode ser decretada de ofício quando estiverem preenchidas as condutas descritas no art. 17 do CPC.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1487062/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 14/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXTRATOS BANCÁRIOS. DEVER DE EXIBIÇÃO. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O titular da conta possui interesse processual para propor ação de exibição de documentos, objetivando questionar, em ação principal, as relações jurídicas decorrentes de tais documentos, independentemente de prova de prévio pedido de esclarecimento ao banco e do fornecimento de extratos de movimentação financeira.

Precedentes.

2. Conforme pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a obrigação da instituição financeira de exibir a documentação requerida decorre de lei, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva.

3. No tocante à conclusão pela litigância de má-fé, a reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 171.661/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 28/11/2014)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 3% sobre o valor atualizado da causa, suspensa a exigibilidade, consoante o previsto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, porquanto beneficiário da gratuidade da justiça o recorrente.

Publique-se.

Brasília, 13 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator